

O regime de acumulação integral e as lutas de classes no México: emergência e interpretações acerca do EZLN

Diego Marques Pereira dos Anjos*

As idéias contidas nesse texto resultam da apresentação de uma comunicação no *IV Simpósio sobre Lutas Sociais na UEL*; algumas alterações e complementos foram feitas no sentido de dar maior clareza e profundidade às idéias debatidas, mas o conteúdo essencial é o mesmo, por um lado, desvendar as principais determinações da gênese e desenvolvimento do levante do EZLN ocorrido em 1994 e por outro, as implicações do levante para o desenvolvimento das lutas de classes na atualidade. Nossa análise pretende demonstrar como a forma histórica de organização das relações sociais se faz presente criando suas possibilidades de surgimento e ao mesmo tempo problematizar a percepção de tal fenômeno no interior da luta de classes como condição essencial para superação dos limites dados histórica e socialmente.

Estabelecido esses objetivos estruturamos nosso trabalho da seguinte maneira: na primeira parte, realizamos uma breve análise histórica, na tentativa de descobrir as principais determinações que confluíram para sua emergência; na segunda parte, encontra-se um esboço das formas de percepção desse fenômeno, obviamente as duas partes constituem uma só, na medida em que nossa compreensão a respeito das percepções desse fenômeno resulta da nossa compreensão da totalidade histórica e social, mas por questões eminentemente práticas fizemos tal separação.

As sociedades capitalistas no regime de acumulação integral

As relações sociais que os seres humanos concretos desenvolvem entre si deve ser o ponto de partida para a compreensão de qualquer fenômeno social: o estado, as guerras, a família, o trabalho, as relações de amizade, valores, etc. enfim tudo com que lidamos no cotidiano, e mesmo nossa relação com a natureza, são processos determinados a partir do desenvolvimento histórico e da realidade social com a qual nos deparamos. A

* Graduando em Ciências Sociais pela UFG – Universidade Federal de Goiás.

sociedade é, portanto, uma totalidade de fenômenos construídos pelos seres humanos concretos. E ao tentarmos entender essa realidade nos deparamos com esses fenômenos, embora ainda não o sejam desvendados como tal, mas tão-somente a partir do momento em que saímos do imediatismo que nos encontramos e descobrimos as determinações, históricas e sociais, que possibilitaram seu surgimento (Lukács, 2003).

Partindo dessa perspectiva é visível a historicidade das relações sociais capitalistas, como qualquer outra relação socialmente constituída: historicidade que significa tanto mudanças e rupturas em seu interior, sem representar nenhuma transformação essencial, quanto historicidade de uma relação social que tende ao seu fim. Neste momento falaremos da dimensão da historicidade dessas relações sociais no que diz respeito às mudanças no seu interior, isto é, sem transformações essenciais.

A determinação fundamental da sociedade capitalista encontra-se em seu modo de produção, assim como de qualquer outra sociedade, portanto, é nessa determinação que se encontra a raiz da sociabilidade capitalista. A produção e reprodução da sociedade capitalista gira assim em torno da questão fundamental da produção de mais-valor, que coloca de um lado os capitalistas e do outro os trabalhadores, constituindo esse antagonismo o eixo da luta de classes no âmbito da produção, os capitalistas com a necessidade sempre crescente de aumentar a taxa de lucros e os trabalhadores resistindo ao aumento da exploração, tal como apontado por Marx. Portanto, os desdobramentos das disputas em torno da mais-valia por sua vez conduzem a alterações nas relações sociais entre as classes envolvidas. Historicamente, o desenvolvimento do capitalismo nos países da Europa Ocidental e outros países imperialistas pode ser periodizado da seguinte maneira: regime de acumulação extensivo; regime de acumulação intensivo; regime de acumulação intensivo-extensivo; regime de acumulação integral¹. Tais mudanças por sua vez se refletem

¹ A cada novo regime de acumulação ocorrem transformações em importantes esferas da organização social capitalista: o Estado, como principal instrumento da classe dominante para reproduzir as condições sociais necessárias para sua dominação, assume funções específicas, determinadas que visam a colocar em plano as necessidades da forma específica de organização do trabalho, que hora gira em torno da mais-valia absoluta, ou objetivando desenvolver formas de extração de mais-valia relativa ou como vêm acontecendo na atualidade uma fusão entre as duas formas de exploração. Por sua vez, as relações internacionais expressam as condições sociais erguidas pelo Estado necessárias, objetivando manter a organização do trabalho, nesse sentido, trata-se de compreender que a dinâmica das relações entre os países visa a extrair mais-valia produzida nos países de capitalismo subordinado em direção aos países de capitalismo avançado. Devido os limites do trabalho não faremos uma análise mais aprofundada dos diversos regimes de acumulação; porém, uma instigante análise do capitalismo na atualidade é encontrada no trabalho O capitalismo na era da acumulação integral, Viana (2009).

nos países de capitalismo subordinado, embora com características próprias, determinadas pelas especificidades locais.

O regime de acumulação integral representa a forma assumida pelas relações sociais capitalistas na atualidade, isto quer dizer que em torno da disputa da mais-valia produzida socialmente, a classe capitalista realiza uma ofensiva nos mais variados espaços de produção e reprodução da sociedade capitalista com o objetivo de aumentar o mais valor produzido. Tal ofensiva também se caracteriza por uma contra-revolução cultural preventiva, que reproduz as condições sociais, com obstáculos ideológicos, com a manutenção da atual forma de organização social. As determinações principais que historicamente formam um determinado regime de acumulação, segundo Viana (2003; 2009) são: determinada forma de organização do trabalho; determinada forma do estado e determinada forma de organização das relações internacionais.

O toyotismo significa uma maximização da eficiência científica da organização do trabalho através de métodos que visam aumentar a extração de mais-valor, combinando extração de mais valor relativo e absoluto, quer seja através de novas técnicas, instrumentos, máquinas, aumento e precarização da jornada de trabalho ou com o uso de ideologias sobre inteligência emocional, trabalho em grupo etc. A historicidade da forma atual de estado, neoliberal, significa que este emerge principalmente para criar as condições legais e jurídicas para legalizar as novas formas de aumento da exploração dos trabalhadores (retirada de direitos trabalhistas e sociais, acordos com organizações do capital oligopolista internacional, etc.) e para lidar com suas sequelas sociais (estado penal, repressão aos movimentos sociais etc.). No âmbito das relações internacionais aprofunda-se a exploração dos países de capitalismo subordinado através do neo-imperialismo, que inclusive determina as diferenciações entre os estados neo-liberais nos países imperialistas e nos países subordinados e da importância da indústria bélica na imposição das necessidades do capital oligopolista internacional. A constituição do regime de acumulação integral é, portanto, também diferenciada conforme a inserção do país no interior da divisão internacional do trabalho. Nesse desenvolvimento ampliado, submetendo todas as regiões do globo terrestre à sua forma de organização, as relações do regime de acumulação integral estão assim movimentadas por uma dialética que mantém no particular a essência do todo ao mesmo tempo em que possui suas especificidades, e é essa a situação histórica que explica a forma assumida pelo regime de acumulação integral no México.

Desde meados do século XX a sociedade mexicana passa por transformações que alteram o quadro das relações sociais, tais transformações advêm da inserção subordinada do México no interior da divisão internacional do trabalho e do novo desenvolvimento dos países de capitalismo central, notadamente EUA e Europa Ocidental, com a instauração do regime de acumulação intensivo-extensivo. Após a consolidação dos grupos dominantes (capitalistas e burocratas e militares nos cargos do estado) e com o novo contexto nos EUA e Europa Ocidental o estado mexicano se caracteriza por realizar obras públicas para desenvolver a economia, criar políticas sociais, formulação de leis trabalhistas o que se assimilaria a um estado do bem-estar-social, organizado e impulsionado pelo capital internacional e frações da classe capitalista mexicana, segundo Ramírez

La estrategia para incentivar el desarrollo económico, entendido como el crecimiento sostenido de la producción de bienes y servicios y el mejoramiento de vida de la población, se da mediante la implementación de varias estratégicas sincronizadas: 1) mejoras tecnológicas en la esfera de la producción; 2) acumulación de capital; 3) desarrollo de capital humano e innovaciones en la organización privada del trabajo y la producción y 4) mejoras en la organización pública del trabajo y la producción (RAMÍREZ, 2009, p. 87/8).

A intervenção estatal se faz necessária também no sentido de manter controle direto sobre as organizações sindicais, partidos ou qualquer organização dos trabalhadores (RAMÍREZ, 2009; LOZA, 2008) assim, a política estatal é cooptar as lideranças de diversos movimentos dos trabalhadores através da ideologia do nacionalismo (MEDINA, LOZA 2008) e as organizações que não são cooptadas sofrem forte repressão (MONTEMAYOR, 1997; GENNARI, 2002).

Porém, em fins da década de 60 acontecem dois processos que interligados alteram esse quadro das relações sociais: de um lado, há um aprofundamento da tendência na queda da taxa de lucros, tanto nos países de capitalismo central como nos países subordinados, notadamente no México, que precisa do capital internacional para reproduzir sua produção econômica, na medida em que não mais consegue exportar e importar o suficiente criando assim retração da produção e início da dívida externa (HILSENBECK, 2007; RAMÍREZ, 2009), enfim, a diminuição da taxa de lucros é cada vez mais acentuada

La caída de las exportaciones, aumento en el déficit de la cuenta corriente de la balanza de pagos, aumento en el déficit primario del sector público, disminución de las tasas de crecimiento de la producción agrícola, como

deterioro de los precios de garantía tanto al productor como al consumidor (LABASTIDA, *apud* RAMÍREZ, p. 65).

Por outro lado, intensifica-se as lutas políticas de diversos grupos (estudantes, trabalhadores na cidade e no campo etc.) que não são cooptadas pelo estado, criando por sua vez uma crise no regime político estabilizado em torno do PRI (Partido da Revolução Institucional).

Essa situação da luta de classes abre espaço para a emergência de novos grupos no interior do Estado, que por detrás de uma nova ideologia, o neoliberalismo, impõe uma nova concepção de organização social: limitação da intervenção característica do anterior estado no que diz respeito à formulação de leis trabalhistas e direitos sociais, aumento da jornada de trabalho, diminuição dos salários, desemprego em massa, relega à iniciativa privada a construção de obras e serviços públicos (BUSTOS, MEDINA E LOZA, 2008); aumento da capacidade repressiva aos movimentos sociais²; fim de barreiras ao capital oligopolista internacional e fortalecimento de ideologias discriminatórias no seio das elites (RAMÍREZ, 2009); expulsão de grupos tradicionais de suas terras (HILSENBECK, 2007; GENNARI, 2002); e ocupação por empresas internacionais (MORFÍN, 2000), etc. Portanto, o que ocorre é a instauração do regime de acumulação integral no México.

Esse novo contexto é complementado com uma contra-revolução cultural preventiva, como uma forma de ofensiva necessária para a obstaculização da consciência com o crescimento das contradições no novo regime de acumulação. A criação de novas ideologias, notadamente o pós-estruturalismo e sua variante culturalista etc. vêm legitimar a nova situação social como algo dado, necessário e imutável. Nessa situação principalmente fenômenos sociais que ocorrem no interior das lutas políticas sofrem com os obstáculos ideológicos criados pela contra-revolução cultural preventiva, caso característico do EZLN, conhecido objeto de estudo de pesquisadores ligados a essa ideologia, situação esta que é contribuída pelo fato de o EZLN manter algumas semelhanças com certos elementos da ideologia do pós-estruturalismo, principalmente com o culturalismo.

Um caso que chama a atenção é o de Massimo Di Felice no ensaio sobre as “Sete deslocamentos que diferenciam o EZLN dos demais movimentos sociais”. Neste trabalho, o

² Em Chiapas, calcula-se que cerca de 70 mil militares do exército mexicano estejam ali lotados, enquanto que existe somente um médico para cada 18 mil habitantes (GENNARI, 2002, pg. 89/90).

autor se propõe a entender o EZLN a partir do seu “ser indígena”, para o autor este movimento seria

Uma organização anômala no interior do cenário político mundial. A utilização das categorias políticas européias e das ideologias que marcaram a conflitualidade social na época moderna, também na América latina, resultam, portanto, insuficientes para compreender tal movimento, seu impacto e seu significado no novo cenário político pós-guerra fria (DI FELICE, 2002, p. 30).

Assim, estudar o EZLN é estudar o movimento por si, desconectado da sociedade em que está inserido dado que a “lógica política da modernidade e das suas categorias estáticas e binárias, campo/cidade, estado/ sociedade civil, esquerda/direita etc” (DI Felice, idem, pg. 29) seria uma lógica diferenciada, oposta à dinâmica que as comunidades indígenas possuem. É óbvia a concepção metafísica que este autor possui, o EZLN e suas bases sociais, o “ser indígena”, parecem estar numa outra dimensão. Na verdade, trata-se de um desconhecimento das próprias condições de vida dos povos latinos, das causas que os levam a se revoltar, em vez disso, o autor se propõe a fazer divagações intelectuais, abstrações filosóficas e ideológicas que pouco têm a ver com a realidade, neste sentido o EZLN e suas bases sociais são realmente uma descoberta para este autor, mesmo depois de 500 anos de resistência às opressões que sofreram da “conflitualidade” moderna. Em última instância, tal discurso pode ser facilmente adotado por discursos político-ideológicos que se sustentam em políticas de raças superiores, e tendo-se em conta a “vigorante” hegemonia ocidental de que esta possui um *status* superior não dependerá muito para que ocorram ataques e mesmo políticas estatais contra os grupos que se baseiam em algum apego de identidade ou com vínculos fortemente comunitários, como alvo que serão da hegemônica “cultura ocidental”.

O “ser indígena” que Di Felice julga ser a base social do movimento não se encontra nos discursos, nem muito menos na prática do EZLN. E mesmo que se houvesse correspondência no discurso do EZLN, a questão fundamental é outra. Para além do discurso do EZLN é necessário encontrar a base real de sustento do movimento, já que nem a interpretação metafísica do “ser indígena” ou a propaganda governamental pós-levante que denunciava o movimento como controlado por profissionais da violência (MONTEMAYOR, 1997) nos satisfazem.

Nossa hipótese é de que a base social do EZLN são as comunidades de camponeses indígenas organizados a partir dos *ejidos*, que se caracterizam por ser propriedades de terra, concedidas pelo Estado, onde se exerce a pequena produção de produtos agrícolas; seu caráter de pequena produção se dá pela inexistência de acumulação de capitais, de reinvestimento na produção e principalmente porque se comercializa tão somente o excedente da produção. Essa situação significa que os *ejidos* têm uma lógica de funcionamento que lhe é exterior, subordinada ao modo de produção capitalista no campo, marcada pela concentração de capitais agrícolas (terras, maquinários, capital etc.) e pela relação de assalariamento, tudo isso girando em torno da produção de mais-valia. Portanto, as relações sociais no campo mexicano se caracterizam pela existência de dois modos de produção, o modo de produção capitalista e o modo de produção camponês que é subordinado. A forma de subordinação do camponês se dá principalmente pela troca desigual e por formas ideológicas de subordinação, tal como aponta Arellano

Vendem seus produtos por preços mais baixos que o custo real de produção; são mão de obra barata para a agricultura moderna, indústria, comércio e outros serviços; compram bens de consumo a preços mais altos que nas zonas urbanas; pagam altas taxas de interesse ao capital agiota; são explorados e enganados por funcionários públicos e *tinterillos*; e, salvo algumas exceções, sofrem a perda de seus valores e necessidades próprios pela ação das Igrejas católica e protestante (ARELLANO, 2002, p. 25/6).

Acontece que essa forma de subordinação do campesinato mexicano esteve intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo no México durante o século XX (GUTIÉRREZ, 1975), mas com o surgimento de uma nova forma de exploração da mais-valia teve de aprofundar a outra parte da exploração capitalista no campo, a exploração dos proletariados rurais,

En el caos de la economía mercantil simple del campesino, el deterioro de la relación de intercambio provoca que el campesino para mantener sus niveles de consumo (...) se vea forzado a aumentar los rendimientos de su parcela con el único elemento del que dispone, su propio trabajo, produciéndose un proceso inverso al interior. Al aumentar la intensidad del trabajo sin una alza correlativa de la inversión en medios e producción, la composición orgánica del capital baja, aumentando el tiempo de trabajo, el valor producido y la transferencia de plus-trabajo también, y con el alza progresiva de los precios de los artículos que consume, el campesino va reduciendo simultáneamente sus necesidades hasta el grado en que puede mantener su subsistencia. En el momento en que este umbral se rebasa el campesino abandona la producción agrícola (o la convierte en actividad complementaria), renta la parcela, se dedica a vender su fuerza de trabajo

como obrero agrícola, emigra, ingresa al ejército de reserva o a la 'masa marginal' (...) así se constituye en una clase en transición a la proletarianización y la lumpenproletarianización” (GUTIÉRREZ, 1975, p. 68).

É nesse quadro de intensificação da exploração dos camponeses *ejitdatários* que se insere a revolta na região de Chiapas e cujo EZLN é uma expressão, por conseguinte, não é um particularismo cultural o que caracteriza as bases sociais do EZLN, isto é, o “ser indígena” está envolto em complexas relações sociais e a historicidade de suas relações sociais também o atinge.

Mas as construções ideológicas a respeito do EZLN nem sempre são tão claramente conservadoras como as que expressa Di Felice; Alguns ideólogos expressam um conteúdo que aparenta uma criticidade, na medida em que se utiliza de uma linguagem que evoca ideais de revolução, transformação social, autonomia, etc. O conteúdo essencial dessas posições se expressa numa crença no caráter anticapitalista e de transformação social contido no EZLN (Rojas, 2011; Órnelas, 2005; Figueiredo, 2011 etc.), embora com algumas diferenças no seu interior. Por exemplo, para Figueiredo o caráter anticapitalista e de transformação social do EZLN está dado pela forma como o movimento conseguiu reconstruir uma estratégia simbólica de ação política performática e comunicativa

Para além dos espaços e organizações com suas situações de deliberação e representação, a "palavra" da "sociedade civil" resignificava-se para toda e qualquer forma de comunicação política ou com efeitos políticos, extrapolando também os limites tradicionais dos temas, línguas, linguagens e gêneros que costumam estar associados à política: intensificava-se o baile entre *performances*. Ora, as transformações sociais não decorrem mecanicamente de deliberações autorizadas institucionalmente. A maior parte delas acontece com mudanças nos valores e significados que orientam os atores ou *performers* sociais, em processos que encerram sempre uma dimensão comunicativa (FIGUEIREDO, 2011, p. 27).

Já para outros, o elemento primordial que impulsiona o caráter anticapitalista do EZLN seria a constituição das autonomias das comunidades de Chiapas (ROJAS; ÓRNELAS, 2005), como espaços para construção de um mundo novo tendo por base “a solidariedade, a liberdade, a democracia, a justiça”:

A formação e o funcionamento dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ) ilustram os alcances da luta zapatista no horizonte da transformação social. Estas iniciativas têm um caráter de reagrupamento territorial a partir de vários tipos de nexos históricos: o pertencimento a uma etnia, os trabalhos em comum, a situação geográfica, as relações de intercâmbio. Diferentemente das divisões territoriais arbitrárias dos

municípios “oficiais”, os municípios rebeldes são o resultado da afinidade entre suas populações. Esta ruptura coloca um desafio radical frente ao poder, pois desloca o conflito da arena política para a questão fundamental do controle do território (ÓRNELAS, 2005, p. 134).

Apesar do aparente conteúdo crítico dessas interpretações se encontra em seu interior uma limitação que as impedem de ir além na crítica, tornando tais afirmações uma reprodução do que se encontra na aparência dos fatos, tal limitação é a inexistência da totalidade histórica e social como perspectiva básica para a compreensão da realidade. Assim, como complemento da inexistência da perspectiva da totalidade, tais afirmações reproduzem dois postulados característicos da ideologia que se torna dominante no regime de acumulação integral, o pós-estruturalismo, são eles o reducionismo cultural e a inexistência da interpretação histórica da realidade presente substituída pela descrição dos fatos tal como eles se apresentam à consciência (Viana, 2007).

Um desses postulados fica visível na concepção de Figueiredo quando este afirma que a capacidade de transformação do EZLN se encontra na ressignificação da “palavra”, na comunicação que se estabelece no interior do EZLN e entre este e a sociedade mexicana, na medida em que “o conceito de participação política, já menos preso ao de deliberação, aproxima-se do conceito de comunicação horizontal” (FGUEIREDO, 2011, pg. 28); o interessante neste ponto é que temos um claro exemplo de como o reducionismo cultural impede de perceber as contradições da realidade, mesmo quando sem perceber o próprio autor se remete a tais contradições, tal como quando Figueiredo se refere às alianças do EZLN com sindicatos e organizações de pequenos empresários para a reforma do estado mexicano, ora, é possível a realização de uma “comunicação horizontal” quando se trata da realização de demandas políticas em relação ao estado? Acreditamos que não. Na realidade, a própria reivindicação de direitos junto ao estado significa que no interior deste os grupos oprimidos somente têm capacidade de reivindicação e não de decisão (VIANA, 2003).

A análise da questão das autonomias desenvolvidas pelo EZLN é outro exemplo representativo de como certos elementos do pós-estruturalismo se fazem presente mesmo no interior do debate que se pretende crítico. Nesse ponto o caráter descritivo das afirmações feitas sobre a ação do EZLN se torna base do discurso, tal como é visível na afirmação anterior de Órnelas (2005) mas aqui a situação possui um agravante, na medida

em que a mensagem veiculada reproduz um movimento característico da acumulação capitalista na atualidade que é a fragmentação e dispersão dos trabalhadores sob um discurso de “pertencimento a uma etnia, os trabalhos em comum, a situação geográfica, as relações de intercâmbio. Diferentemente das divisões territoriais arbitrarias dos municípios “oficiais”, os municípios rebeldes são o resultado da afinidade entre suas populações” (ÓRNELAS, 2005, pg. 134). Nesse mesmo sentido cabe aqui ressaltar a análise feita por Viana (2008) a respeito do denominado movimento antiglobalização sobre sua estratégia fragmentária³.

Pelas afirmações que fizemos conclui-se que tais críticas se limitam e ficam presas à atual historicidade das relações sociais capitalistas, no regime de acumulação integral; ocorre que o essencial para a transformação social é a percepção da historicidade da sociedade capitalista como uma sociedade que tende ao seu fim, abrindo a possibilidade para a emergência de relações sociais totalmente diferentes, e é nessa perspectiva que acreditamos que se deve ocorrer a análise do EZLN percebendo no movimento da realidade os elementos que marcam os limites e contribuições desse fenômeno.

Acontece que na atual forma das relações sociais capitalistas também ressurgem posicionamentos marcados pela radicalidade crítica em relação à sociedade e aos fenômenos da luta de classes que lhe caracterizam. Nesse sentido, existem algumas críticas à prática política levada adiante pelo EZLN; as críticas que se destacam foram desenvolvidas por grupos e indivíduos ligados à tradição anarquista e apontam alguns limites do EZLN, principalmente no que se relaciona à estratégia política.

Para Reeve, o EZLN é uma organização política e militar que veicula “valores identitários e patrióticos” (Reeve, 2011) e é marcada por um arraigado tradicionalismo típico das organizações que se ligam à prática política desenvolvida em torno do “líder mítico” Emiliano Zapata, assim tal tradicionalismo seria um dos limites do EZLN em superar as ambiguidades em que está envolvido (Reeve, 2011). Num artigo do *Grupo Socialismo Libertário* encontramos as principais ambiguidades em que o EZLN estaria envolvido:

- a) **Antineoliberal:** se realiza una errónea equiparación entre antineoliberalismo y anticapitalismo, considerando como anticapitalista la oposición al neoliberalismo y no al capitalismo en sí mismo. b) **Nacionalista:** se lleva adelante un discurso patriotero, que conduce, junto con la errónea

³ “Neste sentido, o movimento antiglobalização reproduz sob a forma de fragmentação a estratégia da dispersão realizada pelo Estado capitalista (dispersão espacial da classe operária, dispersão das lutas através do isolamento e demandas específicas sem articulação com objetivos gerais)” (VIANA, 2008, p.2)

equiparación del antineoliberalismo como anticapitalismo, a la conclusión de que la lucha debe ser por la “soberanía nacional” y no por la emancipación de la clase trabajadora. Conclusión que lleva al programa zapatista a la defensa de la burguesía nacional, añorando el viejo “nacionalismo revolucionario” de los años 30’s 40’s y 50’s. c) **Estatista**: se realiza una defensa a ultranza del Estado-Nación, defensa inherente a la “liberación nacional” y que es, nuevamente, contrapuesta a la emancipación de los explotados y oprimidos. Se mantiene la teoría burguesa del Estado, como la “cosa pública” encargada de mirar por el bienestar del pueblo (entendiendo, claro está, al pueblo como al conjunto de los ciudadanos bajo protección del Estado, es decir, sin diferenciación de clases)” (GSL, 2011, p. 09).

Se se rompe com as ideologias características da atual forma das relações sociais capitalistas tais críticas ao EZLN realmente apontam suas ambiguidades; desde a primeira declaração da selva Lacandona⁴, o EZLN vem constantemente fazendo evocações aos heróis legitimados pelo estado mexicano:

Porém, nós hoje dizemos: BASTA! Somos os herdeiros dos que realmente forjaram a nossa nacionalidade, somos milhões de despossuídos e convocamos todos os nossos irmãos a aderir a este chamado como o único caminho para não morreremos de fome ante a ambição insaciável de uma ditadura de mais de setenta anos, encabeçada por uma camarilha de traidores que representam os grupos mais conservadores e que estão dispostos a vender a pátria. São os mesmos que se opuseram a Hidalgo e Morelos, os que traíram Vicente Guerrero, são os mesmos que venderam mais da metade do nosso solo ao invasor estrangeiro, são os mesmos que trouxeram um príncipe estrangeiro para nos governar (COMUNICADOS apud GENNARI, 2005, p. 12).

Ocorre que sendo os “herdeiros dos verdadeiros forjadores da pátria” é que o EZLN se sente no direito legítimo de recorrer à carta magna e invocar o artigo 39 da constituição mexicana e conclamar a soberania popular como fonte do poder político. Ora, ocorre aqui uma veemente defesa do Estado-nação e das suas instituições, e não são estes espaços criações próprias do domínio burguês, isto é, não são estas determinadas formas de relações sociais, notadamente no seu aspecto político, que fazem parte da moderna sociedade burguesa?

Outro exemplo concreto de comprometimento do EZLN com espaços de atuação política próprios da burguesia se encontra com relação ao seu apoio tácito às eleições. Em

⁴ Desde Janeiro de 1994 o EZLN publica de tempos em tempos determinados textos que objetivam sintetizar as suas concepções e objetivos políticos, a esses textos o grupo denomina Declarações da Selva Lacandona, região montanhosa de Chiapas onde habitam inúmeras comunidades indígenas e onde o grupo armado EZLN buscou refúgio.

comunicado do dia 6 de Outubro de 1994, denominado “Sobre la presidencia de la CND”, diz o seguinte:

La lucha por la democracia, la libertad y la justicia en México no se inicia ni se acaba en las elecciones. La lucha electoral es sólo un aspecto de la lucha por la democracia. El fortalecimiento de las organizaciones independientes, la lucha por las demandas sociales, por los derechos ciudadanos, la defensa de las conquistas populares, no se agotan ni satisfacen con la lucha electoral ni la defensa de la voluntad populares sólo la defensa del voto (COMUNICADOS apud GENNARI, 2004, p. 93)

Neste comunicado está implícita a defesa da importância das eleições, se não como momento único das relações políticas, então como um momento válido para garantia de conquistas das demandas populares. Aliás, as próprias “demandas sociales” e “derechos ciudadanos” são formas de relações sociais que têm como fundamento as relações de produção capitalistas, e historicamente surgem com o advento do regime de acumulação intensivo-extensivo (VIANA, 2009)

Sinteticamente, estas são algumas das principais interpretações a respeito do caráter do EZLN, tais interpretações vão desde o culturalismo nitidamente conservador (Di Felice), o culturalismo crítico (Figueiredo), as concepções descritivistas (Órnelas, Rojas) e as interpretações críticas resgatando teorias revolucionárias, tais como o anarquismo (Reever, GSL). Assim como a emergência do EZLN, as interpretações que vimos sobre esse fenômeno também estão relacionadas com a radicalização da luta de classes no regime de acumulação integral, embora com caráter diferenciado, na medida em que têm percepções diferenciadas da historicidade da sociedade capitalista, ou seja, têm concepções diferenciadas ou mesmo oposta em relação às possibilidades reais de transformação radical da sociedade capitalista.

O EZLN é expressão da dinâmica da luta de classes no regime de acumulação integral; suas ações são uma reação contra a maximização da exploração dos camponeses indígenas de Chiapas, a exploração se desenvolve em várias frentes, desde a tomada de seu principal instrumento de produção, as terras, passando pela migração forçada para as cidades, estigmatização do indígena e de sua cultura, imposição cultural, transformação do indígena em mercadoria e em consumidor, etc.

Despolitizar e não compreender a totalidade social que envolve este fenômeno é negar qualquer potencialidade de mudança que o movimento real traz. A compreensão da

sociedade capitalista como uma totalidade que se reproduz historicamente coloca no debate a questão de sua historicidade, que tende a um fim, abrindo possibilidades reais de transformação da sociedade, é nesse sentido que a análise sem limites desse movimento não somente nos permite descobrir seu verdadeiro caráter como contribuir para superação das ambiguidades que se apresentam.

Referências bibliográficas

- ARELLANO, Alejandro. *As Raízes do Fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista*. São Paulo: editora alfarrabio, 2002.
- BUSTOS, Rodolfo; MEDINA, Rafael; LOZA, Marco. *Revolução Mexicana: antecedentes, desenvolvimento, conseqüências*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- BRIGE, Marco; DI FELICE, Massimo (ORGS). *VOTÁN-ZAPATA: A marcha indígena e a sublevação temporária*. São Paulo: Xamã, 2002.
- FIGUEIREDO, Guilherme G. *Vamos ao baile: gingas da comunicação e da participação no zapatismo*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n72/a03n72.pdf>. Acessado em: 16 Setembro 2011.
- GENNARI, Emílio. *Chiapas: as comunidades zapatistas reescrevem a história*. Rio de Janeiro: editora achiamé, 2002.
- DOCUMENTOS e comunicados traduzidos (2004). *Textos do EZLN traduzidos: 1994-2004*. CDROM. Tradução livre de Emílio Gennari.
- GRUPO SOCIALISTA LIBERTARIO DE MÉXICO. *La sexta declaración y la otra campaña: Un programa y un proyecto para la continuidad del capitalismo*. Disponível em: <https://sites.google.com/site/comuneiro/home/ezln/gsl>. Acessado em 16 Setembro de 2011.
- GUTIÉRREZ, Jorge. *Comunidad agraria y estructura de poder, in Caciquismo y poder político en el mexico rural*. Mexico: siglo veintiuno editores, 1976.
- HILSENBECK, Alexander. *Abaixo e à Esquerda: uma Análise Histórico-Social da Práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. São Paulo, 2007, dissertação de mestrado em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins fontes, 2003.
- MONTEMAYOR, Carlos. *Chiapas La rebelión indígena de México*. México: Editorial Joaquín Mortiz, 1997.
- MORFÍN, Elizabeth. *El capital nacional y extranjero en Chiapas*. In: Chiapas, nº 9, México: Era, 2000, México.

RAMÍREZ, Jorge. *Historia de la Modernidad en México, siglos xix –xx: enfoque estructural funcionalista*. Disponível em: <http://www.eumed.net/libros/2009b/535/index.htm>. Acessado em: 16 Setembro 2011.

RAÚL, Ornelas. *A autonomia como eixo da resistência zapatista do levante armado ao nascimento dos caracoles*. In CECEÑA, Ana E. (Org). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. São Paulo: CLACSO Livros, 2005.

REEVER, Charles. *Sobre os zapatistas*. Disponível em: <http://silenciadospoetas.wordpress.com/tag/charles-reeve/>. Acessado em 16 Setembro 2011.

ROJAS, Aguirre. *Entrevista*. Disponível em: http://xojobil.blogspot.com/2008/10/entrevista-con-el-historiador-mexicano_07.html. Acessado em 16 Setembro 2011.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Idéias e Letras, 2009.

_____. *Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____. *Historiografia, totalidade e fragmentação*. *Fragments de cultura*, Goiânia, v. 17, n. 9/10, p. 865-879, set./out. 2007.

_____. *Breve reflexão sobre o chamado movimento antiglobalização*. *Caderno de Textos Pensamentos Heterodoxos*. Brasília, em 2008.